

SPOLSKY, Bernard. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. *ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Ana Carolina Spinelli e Gabriel de Ávila Othero [www.revel.inf.br].

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: UMA ENTREVISTA COM BERNARD SPOLSKY

Bernard Spolsky¹

Bar-Ilan University

REVEL – Você poderia explicar aos nossos leitores o que é Política Linguística? Como ela está relacionada à Linguística e à política pública (ou privada)?

Spolsky – Embora os esforços na gestão da linguagem possam ser encontrados antes do desenvolvimento de sistemas de escrita e do trabalho de normalização realizado por escribas no mundo antigo, e tipógrafos e professores começando no renascimento, o campo moderno da Política Linguística foi iniciado por linguistas que trabalharam na assistência de estados recém-independentes depois da Segunda Guerra Mundial. Encorajados pelo sucesso de físicos que construíram grandes instrumentos de destruição e pelo otimismo de economistas que esperavam ser capazes de reconstruir sociedades destruídas pela guerra, esses linguistas propuseram diversos planos para resolver os problemas linguísticos de nações em desenvolvimento. Com o passar do tempo, tornou-se claro que nem os planos econômicos nem os planos linguísticos pareceriam funcionar. Por exemplo, a maioria dos países africanos continuou usando as línguas coloniais, que deveriam ser substituídas pelo desenvolvimento de línguas nativas africanas. Em uma reflexão mais recente sobre a natureza do campo, sugeriu-se que a Política Linguística tem três componentes inter-relacionados mas independentes: as reais práticas

¹ <http://www.biu.ac.il/faculty/spolsb/>

linguísticas dos membros da comunidade, as crenças daqueles membros sobre a língua e os esforços de alguns membros para mudar as práticas e as crenças existentes. Também foi proposto que em cada domínio e em cada subcomunidade (governamental, de negócios, educacional, religiosa, familiar) é possível encontrar um conjunto de práticas e crenças complexo mas organizado e alguns indivíduos (gestores) que desejam modificar o comportamento linguístico e as crenças de outros. O campo da Política Linguística é considerado um tipo de Sociolinguística Aplicada, com muitas de suas atividades direcionadas à educação.

REVEL – Você poderia nos contar sobre sua carreira como professor de Linguística, com experiência em diferentes países e continentes? Como você começou a estudar Política Linguística?

Spolsky – Eu comecei como professor de ensino secundário e lecionei na Nova Zelândia, na Austrália e na Inglaterra antes de me mudar para Israel, onde me tornei professor universitário de inglês como língua estrangeira. Após alguns anos, mudei-me para o Canadá para realizar estudos de doutorado e lecionei em Montreal, onde conheci uma das maiores áreas em que a política e a gestão linguísticas estavam se tornando politicamente significativas. Quando completei meu doutorado, comecei a dar aulas no Departamento de Linguística da Universidade de Indiana, onde parte dos meus deveres estava relacionado a um programa de graduação para professores estrangeiros de inglês. Essa experiência despertou a minha preocupação sobre influências políticas no ensino de línguas, e por isso fiquei feliz em aceitar um cargo na Universidade do Novo México, onde logo me envolvi em um projeto para estudar os efeitos de se ensinar crianças navajo a lerem primeiro em sua própria língua. Ali comecei a estudar as forças que afetam a política de ensino de línguas e os valores da educação bilíngue. Quando retornei a Israel, um rico exemplo de diversidade linguística, continuei com esses interesses e, durante uma licença em Washington, comecei a perceber que estava trabalhando com Política Linguística. No ano seguinte, um colega e eu propusemos uma política de ensino de línguas ao Ministro da Educação de Israel, baseada em um estudo que conduzimos sobre as práticas correntes no campo. Ao longo do tempo, tenho feito visitas ocasionais à Nova Zelândia, onde observei o início do movimento de restabelecimento linguístico do Maori. Combinando essas experiências com pesquisas sobre o restabelecimento do

navajo, do maori e do hebraico, escrevi duas monografias, uma sobre política linguística e outra sobre gestão linguística.

REVEL – Quais foram algumas das maiores conquistas na área de Políticas Linguísticas durante o século XX?

Spolsky – Durante o século XX, a maior parte da gestão linguística foi influenciada pela ideologia monolíngue de antigos e novos Estados. As tentativas de desenvolver políticas que reconheçam o multilinguismo e a diversidade da maioria das comunidades geralmente não obtinham sucesso, de modo que os vários planos de ativistas que procuravam reverter o processo de substituição linguística – e fazer valer os direitos linguísticos das minorias étnicas – naufragaram, por um lado por causa de pressões nacionalistas; por outro, por causa do inglês, visto como língua global. Houve alguns poucos casos de sucesso: o hebraico foi revernaculizado, revitalizado e estabelecido como a língua dominante no novo Estado de Israel; a Indonésia conseguiu estabelecer a utilidade da língua padrão; a China obteve sucesso ao espalhar a língua putonghua como uma língua oficial; a União Soviética consagrou o russo como a língua dominante e obteve sucesso em acabar com língua minoritárias como o yiddish; e em várias partes do mundo, os ativistas de direitos humanos encorajaram atividades para preservar línguas indígenas. Em resumo, ao mesmo tempo em que a compreensão da natureza da área e dos problemas da gestão linguística aumentou, as atividades mais bem sucedidas foram aquelas que encorajaram a hegemonia das línguas nacionais e o papel auxiliar do inglês como uma língua global.

REVEL – E o que está começando no século XXI? Quais outras realizações na área de Políticas Linguísticas podemos esperar para este século?

Spolsky – Imagino que a luta continue. O multilinguismo também vai continuar, mas uma grande parte das mais ou menos 6.000 línguas de hoje vai desaparecer rapidamente por causa da pressão das línguas nacionais e internacionais. Os peixes grandes continuarão a comer os pequenos. Ao mesmo tempo, há esperança de que, na diversidade que se desenvolve especialmente nas áreas urbanas, muitas minorias

permaneçam falando suas línguas de origem, fazendo com que novas variedades híbridas possam aparecer. Há sinais de que os esforços de gestão linguística baseados no reconhecimento das muitas comunidades envolvidas comecem a ter efeito. Por exemplo, o país de Gales parece estar conseguindo avanços na gestão da língua galesa; a língua maori foi reconhecida como uma língua oficial e agora recebe auxílio de grandes atividades educacionais; muitos países sul-americanos reconhecem agora a existência das línguas indígenas e apoiam seu ativismo; a China reconheceu o papel dos muitos topóletos do país e reconhece algumas das suas línguas minoritárias; a União Europeia tem uma política de apoio a línguas indígenas mas não a línguas migrantes; continuam a existir esforços para que as línguas africanas sejam usadas em alguns Estados; e a pressão continua para que a língua seja entendida como um dos direitos humanos.

REVEL – Você poderia recomendar uma lista de trabalhos influentes (pioneiros e recentes) na área de Políticas Linguísticas, para nossos leitores?

Spolsky – A lista abaixo começa com alguns trabalhos clássicos e continua com livros mais recentes em Políticas Linguísticas.

HAUGEN, Einar. (1966). *Language conflict and language planning: the case of Modern Norwegian*. Cambridge, MA.: Harvard University Press.

FISHMAN, Joshua A., Ferguson, Charles A., & Das Gupta, Jyotirinda. (1968). *Language problems of developing nations*. New York: Wiley.

RUBIN, Joan, & JERNUDD, Björn (Eds.). (1971). *Can language be planned?* Honolulu: University Press of Hawaii.

FISHMAN, Joshua A. (Ed.). (1974). *Advances in Language Planning*. The Hague: Mouton.

COOPER, Robert L. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press.

COBARRUBIAS, Juan, & FISHMAN, Joshua A. (Eds.). (1983). *Progress in language planning: international perspectives*. The Hague: Mouton.

KAPLAN, Robert B., & BALDAUF, Richard B. (1997). *Language planning from practice to theory*. Clevedon, Avon: Multilingual Matters Ltd.

MAY, Stephen. (2001). *Language and minority rights : ethnicity, nationalism, and*

the politics of language. Harlow, Essex, England & New York: Longman.

SPOLSKY, Bernard. (2004). *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

RICENTO, Thomas (Ed.). (2006). *An introduction to language policy: Theory and method*. Malden MA and Oxford UK: Blackwell publishing.

SHOHAMY, Elana. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge.

HORNBERGER, Nancy H., & May, Stephen (Eds.). (2008). *Language policy and political issues in education* (Second ed. Vol. 1). New York: Springer Science.

SPOLSKY, Bernard. (2009). *Language management*. Cambridge UK: Cambridge University Press.

SPOLSKY, Bernard (Ed.). (2012). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge UK: Cambridge University Press.